

Audição Parlamentar

Comissão de Economia e Obras Públicas

Vítor Santos

ERSE

22 de Abril de 2015



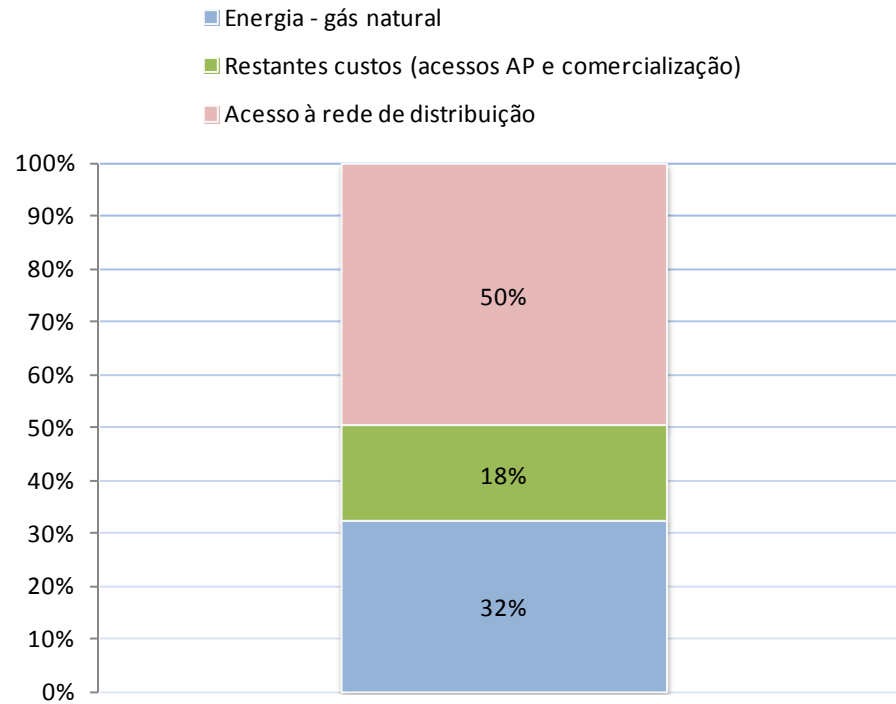
ERSE

ENTIDADE REGULADORA
DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS

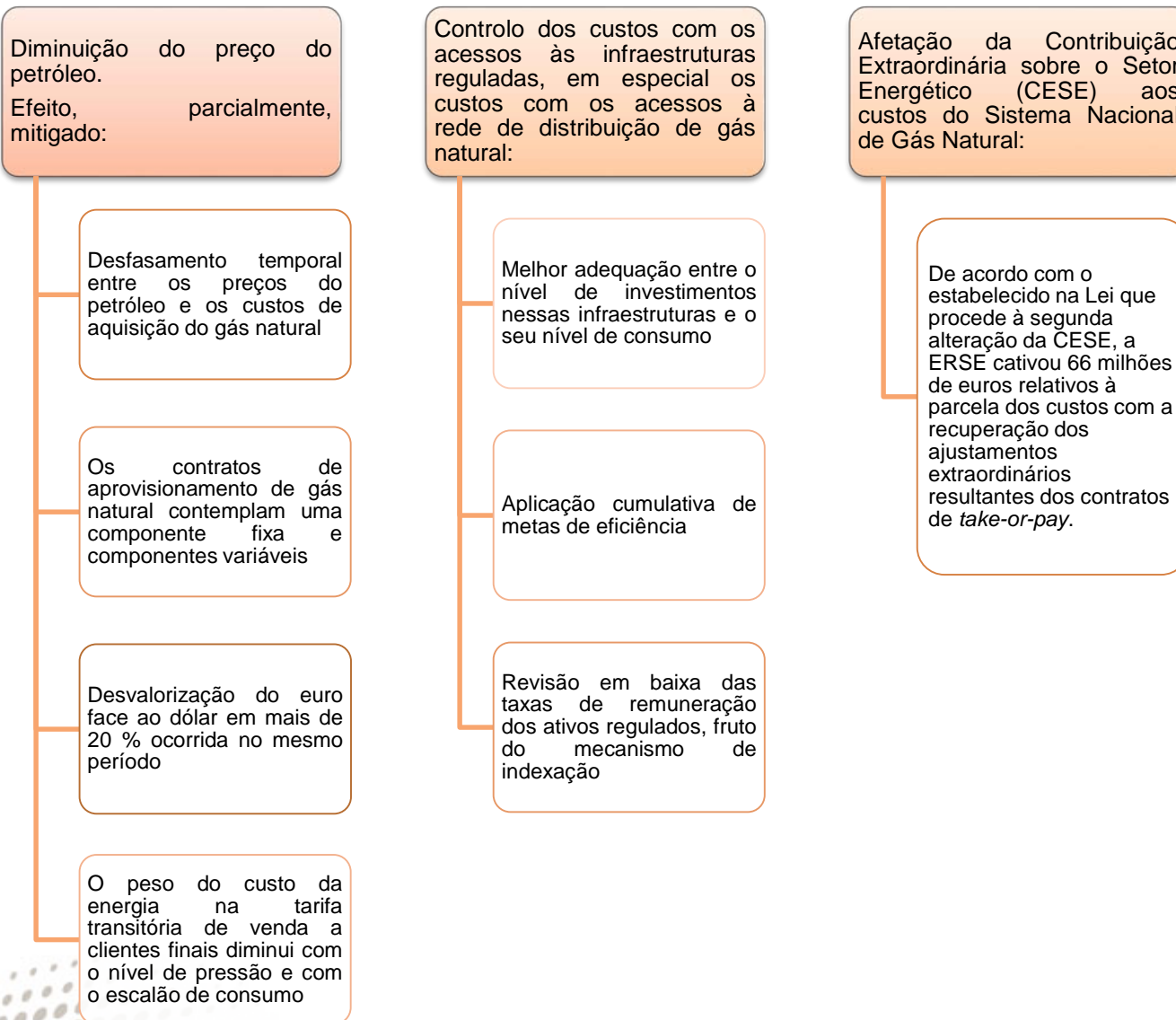
Temas estruturantes Setor Gás Natural

- 1. Variações tarifárias**
- 2. Estrutura de custos no setor do GN: Consumidores domésticos**
- 3. Principais determinantes da variação tarifária**
- 4. Impugnação das tarifas de gás natural**

Tarifas transitórias de Venda a Clientes Finais	Varição tarifária acumulada julho 2015/julho 2014	Varição tarifária maio 2015/julho 2014	Varição tarifária julho 2015/maio 2015
Baixa Pressão < (consumo \leq 10 000 m ³ /ano)	-7,3%	-3,9%	-3,5%
Baixa Pressão > (consumo > 10 000 m ³ /ano)	-11,3%	-6,5%	-5,0%
Média Pressão	-12,0%	-9,4%	-2,8%

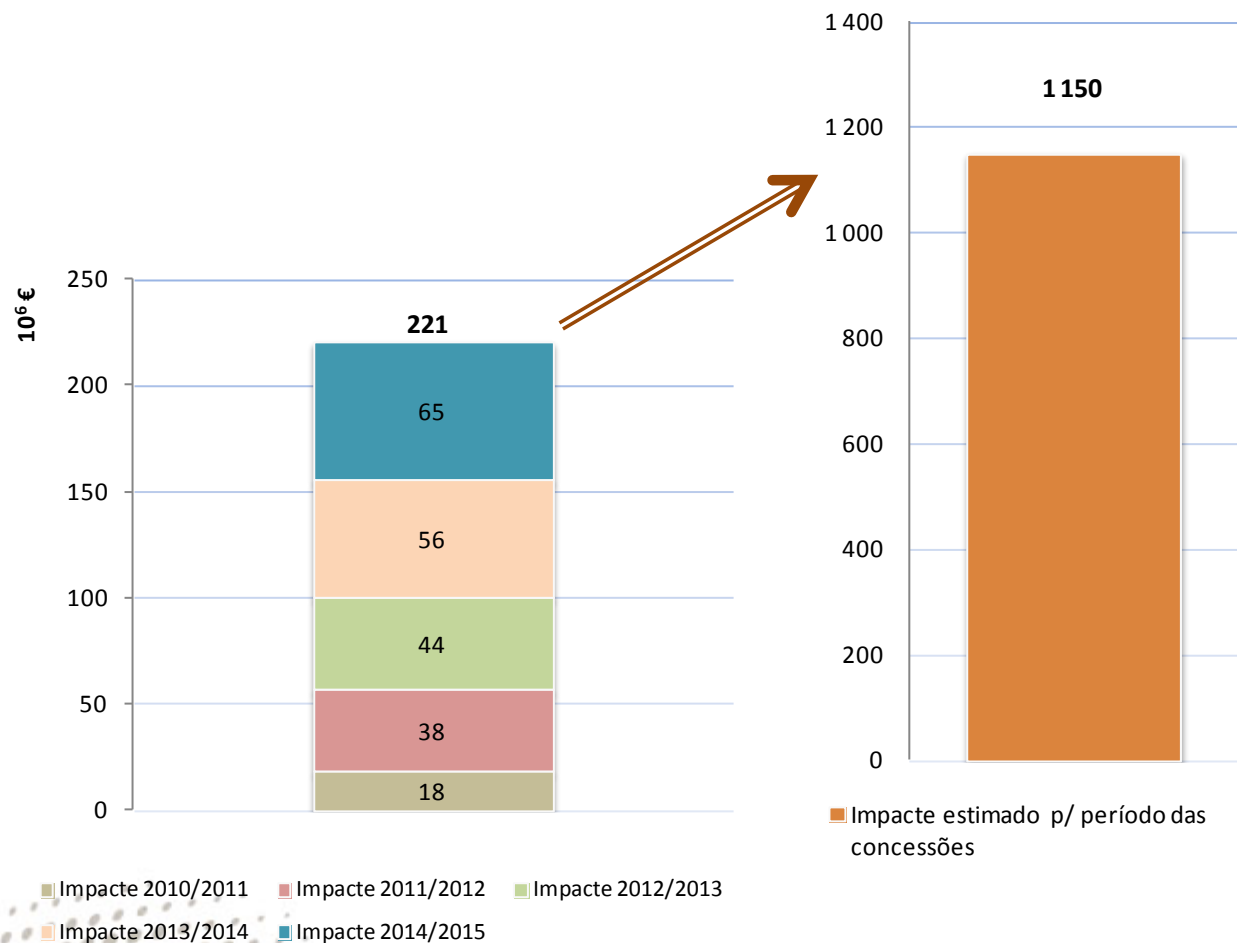


- O custo de gás natural é cerca de 32% do preço total de venda ao cliente final nos consumidores domésticos.



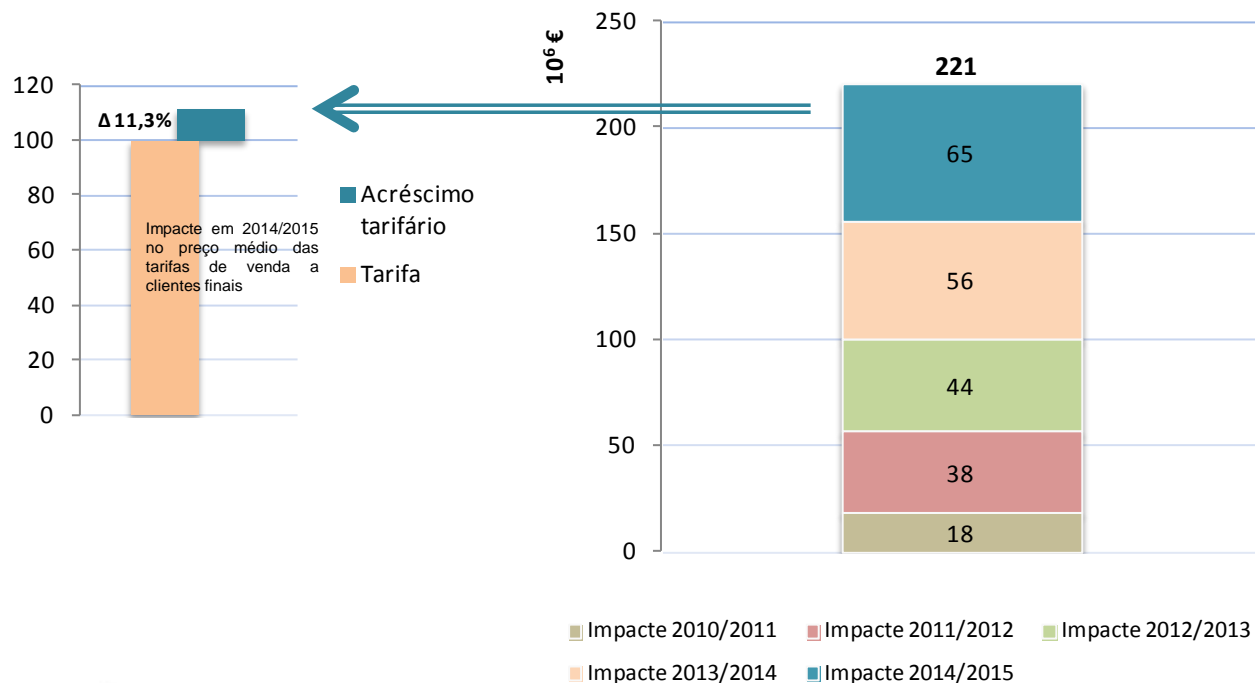
Potencial impacte da impugnação: insustentabilidade do SNGN

Estima-se que para o período das concessões esse acréscimo possa atingir em termos acumulados **1,2 mil milhões de euros**.



Potencial impacte da impugnação: insustentabilidade do SNGN

Caso fossem consideradas as pretensões dos ORD, com a aceitação das reavaliações nos moldes pretendidos, o impacte em T2014/2015 seria de um acréscimo de proveitos por aplicação das tarifas de **65 milhões de euros**, correspondendo a cerca de **23%** dos custos da atividade de distribuição e com um impacte total em proveitos de cerca de **11%**.



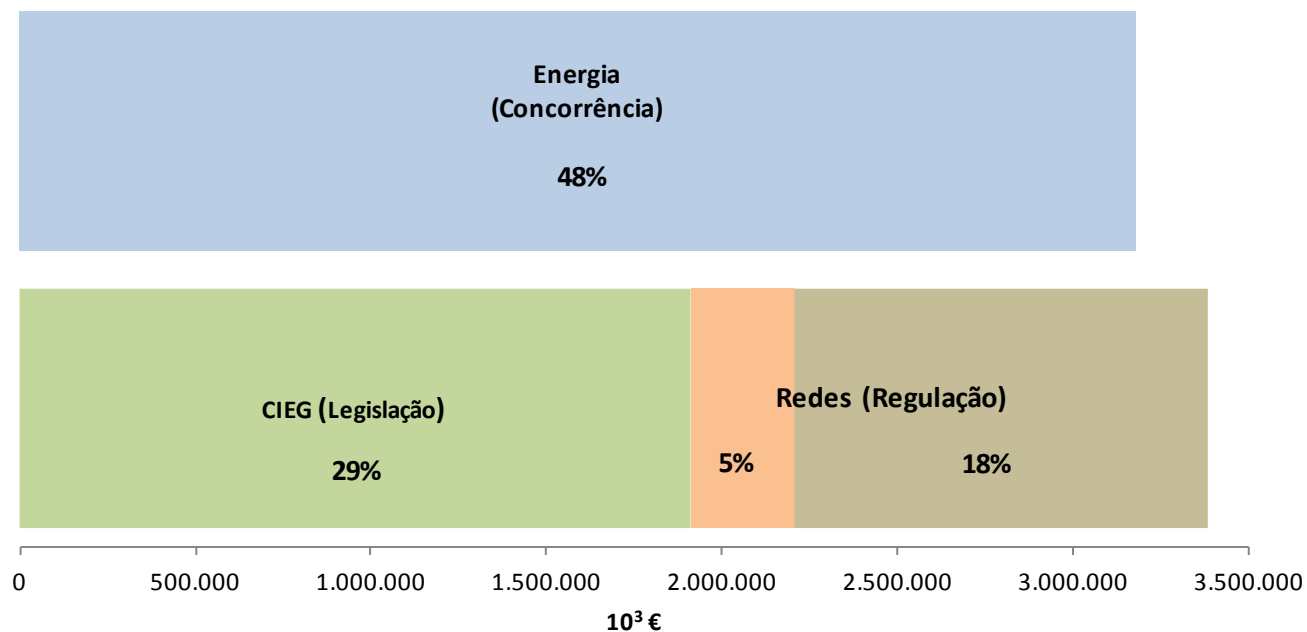
Temas estruturantes Setor Elétrico

Vetores explicativos da evolução tarifária Setor Elétrico

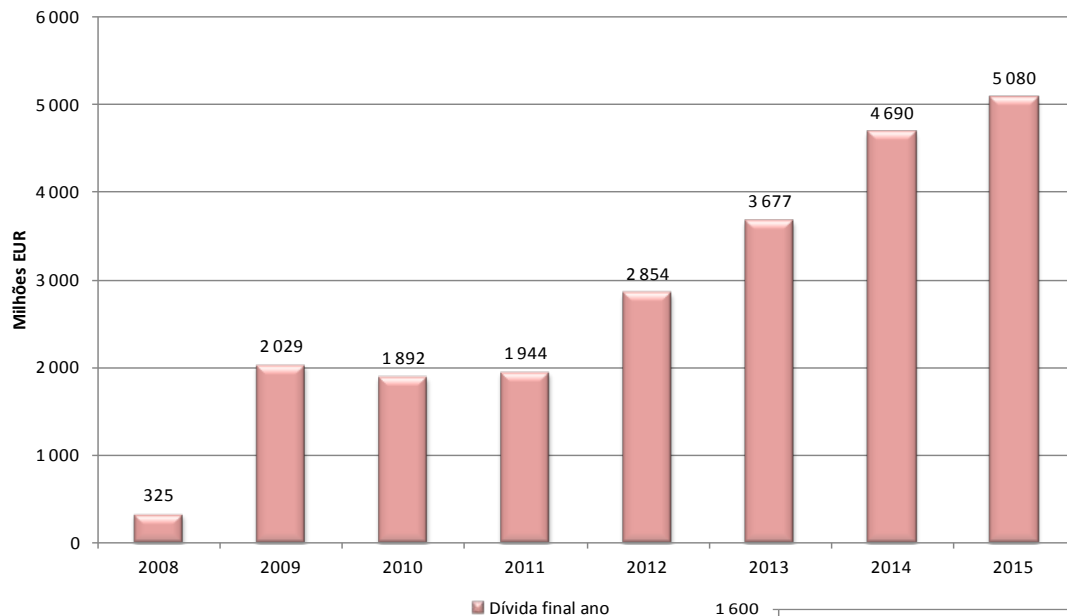
- a) Vetores que contribuem para o aumento tarifário
- b) Vetores que contribuem para o controlo tarifário
- c) Medidas mitigadoras

Vetores que contribuem para o aumento tarifário

- Custos totais do setor elétrico – 6,6 mil milhões de euros



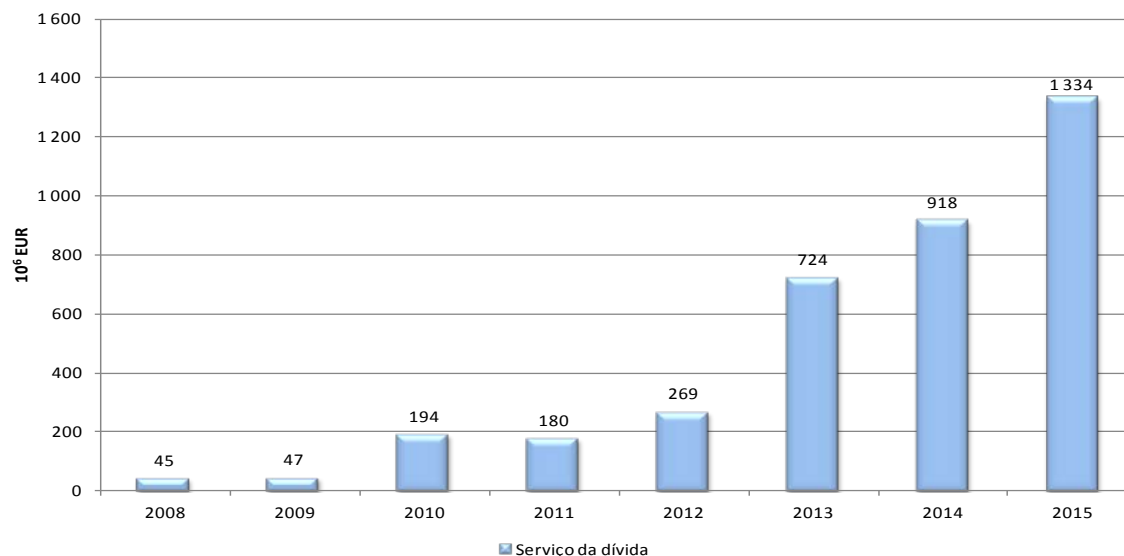
Vetores que contribuem para o aumento tarifário



O serviço da dívida cresceu (416 M €) mais do que a dívida (390 M €).

Apesar de ser um esforço para os consumidores, são bons sinais no sentido da promoção da sustentabilidade, porque mostram que:

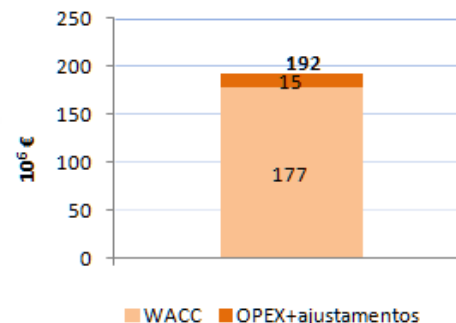
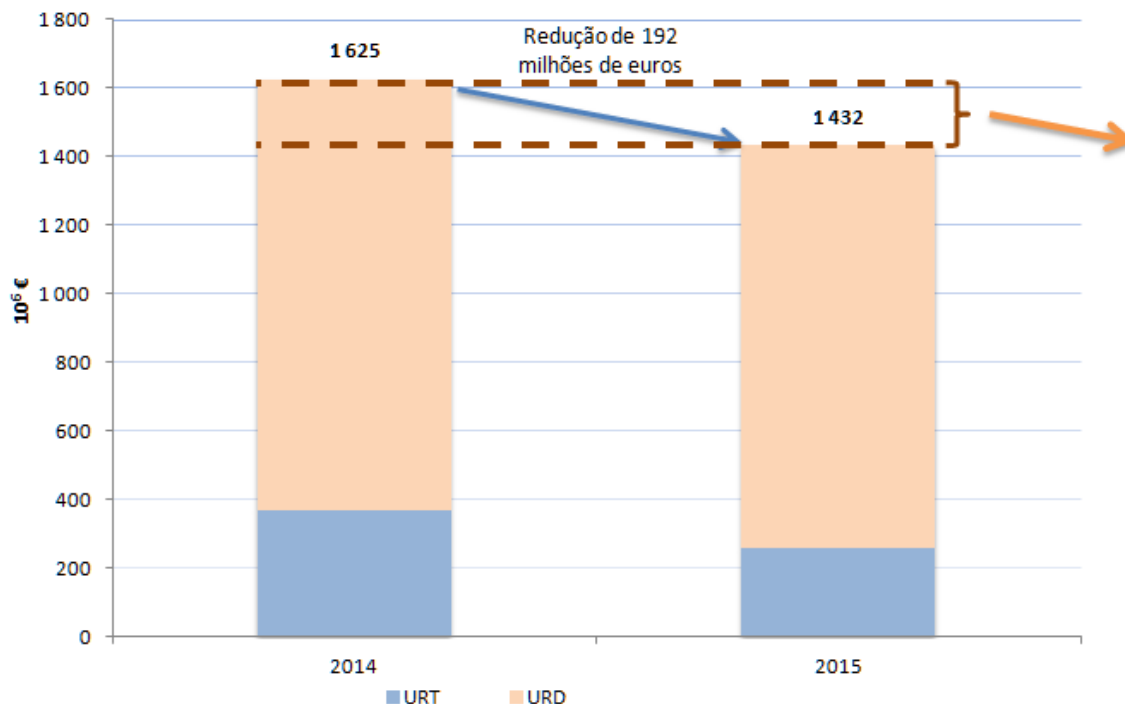
- Existe um maior esforço de recuperação da dívida face ao passado
- Tarifas do ano estão mais perto da paridade com os custos do ano.



Vetores que contribuem para o controlo tarifário

Redução dos custos das redes (12% de redução para 2015 face a 2014)

Diminuição das taxas de remuneração dos ativos

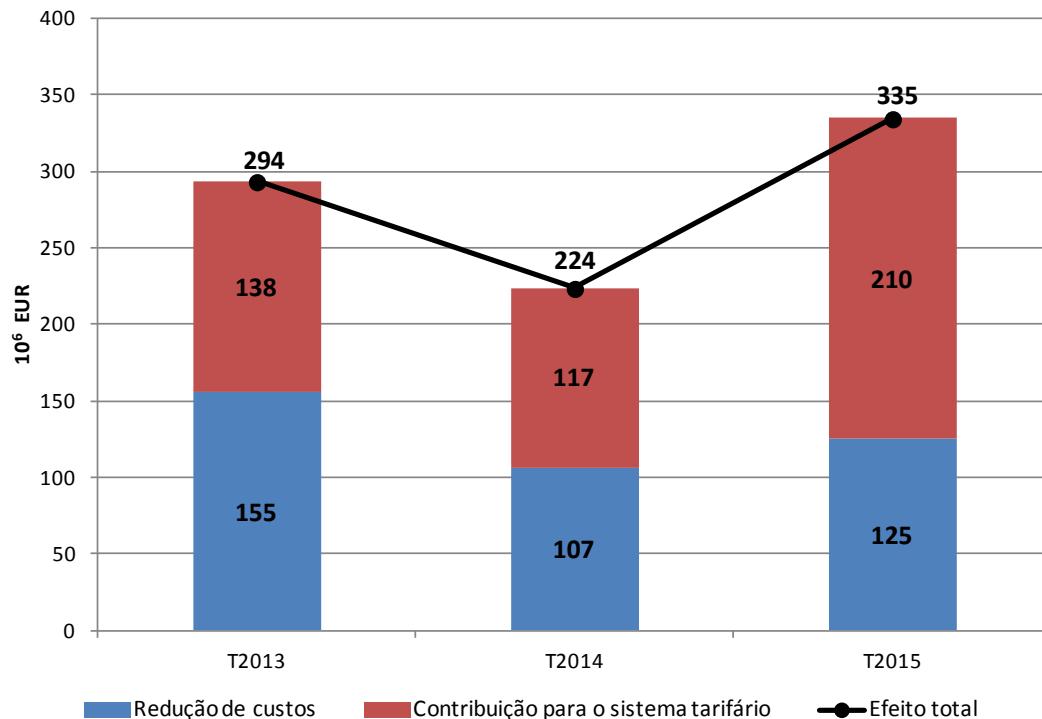


192 milhões de euros de redução dos custos dos acessos às redes de transporte e distribuição, dos quais **177 milhões de euros** são decorrentes da redução do WACC em 260 b.p.

- Paralelamente verificou-se em 2015 uma **redução** do investimento em redes na ordem dos **7,2%**, relativamente ao valor médio do investimento ocorrido entre 2012 e 2014.
- Plano de investimento na rede de distribuição prevê uma redução de 25% face aos últimos 3 anos.

Medidas mitigadoras

Contribuições para o sistema tarifário



Medidas para redução de custos:

- Redução garantia potência;
- Redução remuneração terrenos DPH;
- Redução taxa juro parcela fixa CMEC;
- Redução CMEC e Contributo tarifa social
- Redução tarifas feed-in Cogeração.

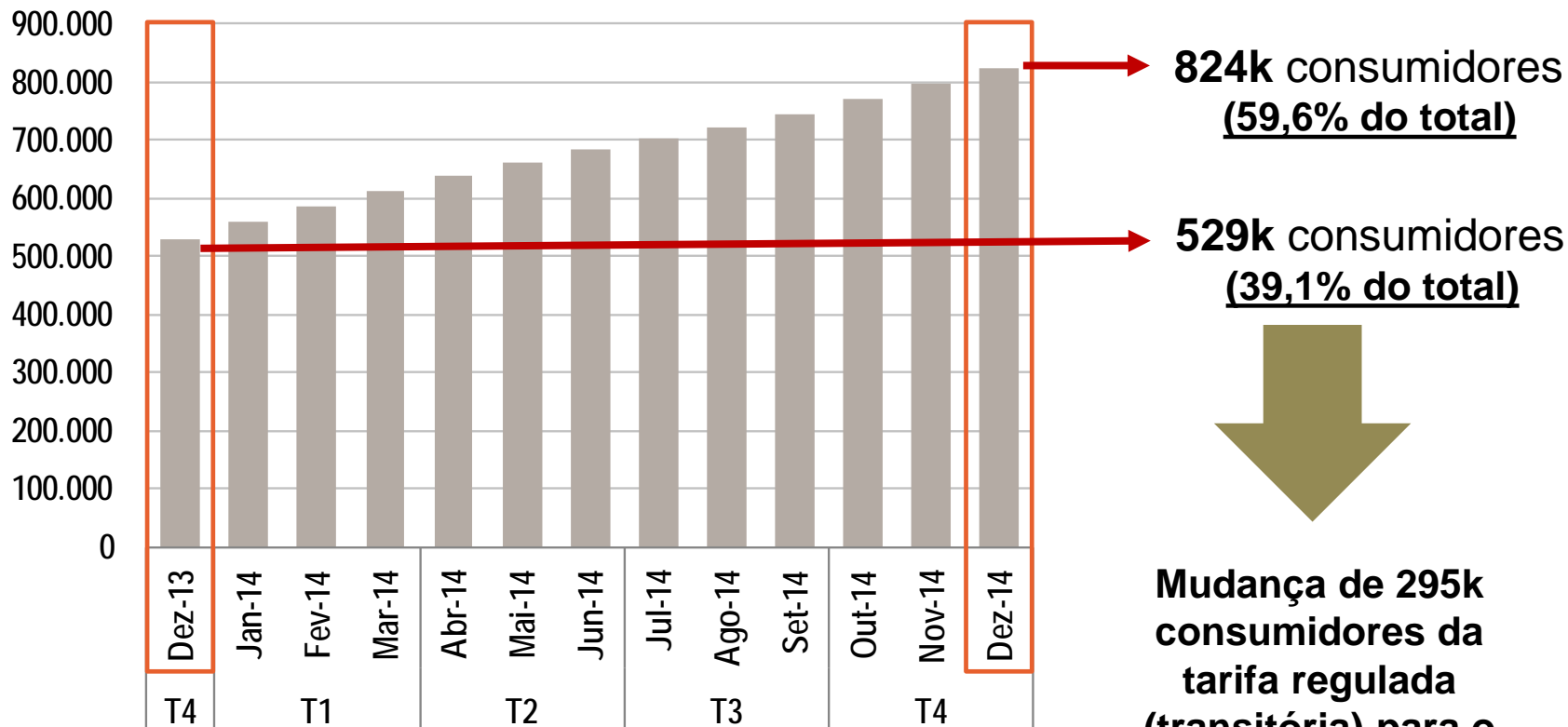
Contribuições para o sistema tarifário:

- Receitas das licenças CO2;
- CESE e utilização do DPH;
- Contribuição PRE Eólicos;
- Equilíbrio mercados grossistas.

Liberalização dos mercados

- 1. Mercado do Gás Natural**
- 2. Mercado da Eletricidade**

Mudança de comercializador



■ N.º total de clientes no ML

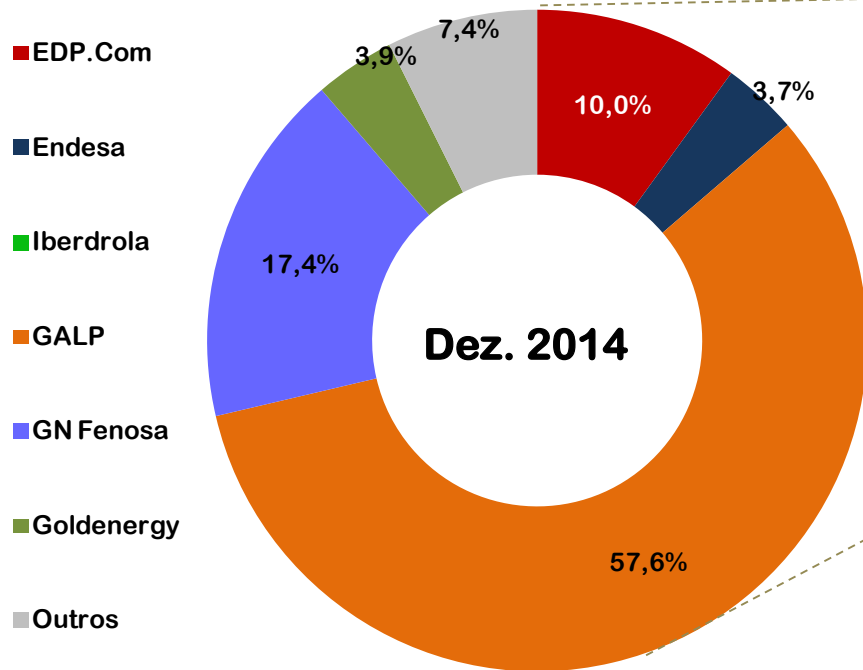
824k consumidores
(59,6% do total)

529k consumidores
(39,1% do total)

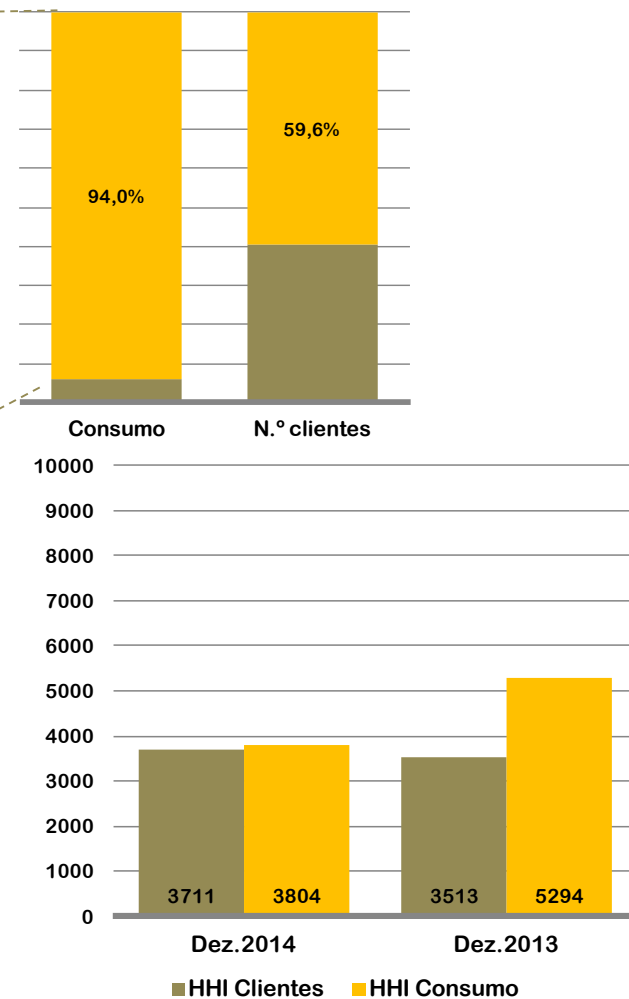


Mudança de 295k consumidores da tarifa regulada (transitória) para o regime de mercado no decurso do ano de 2014

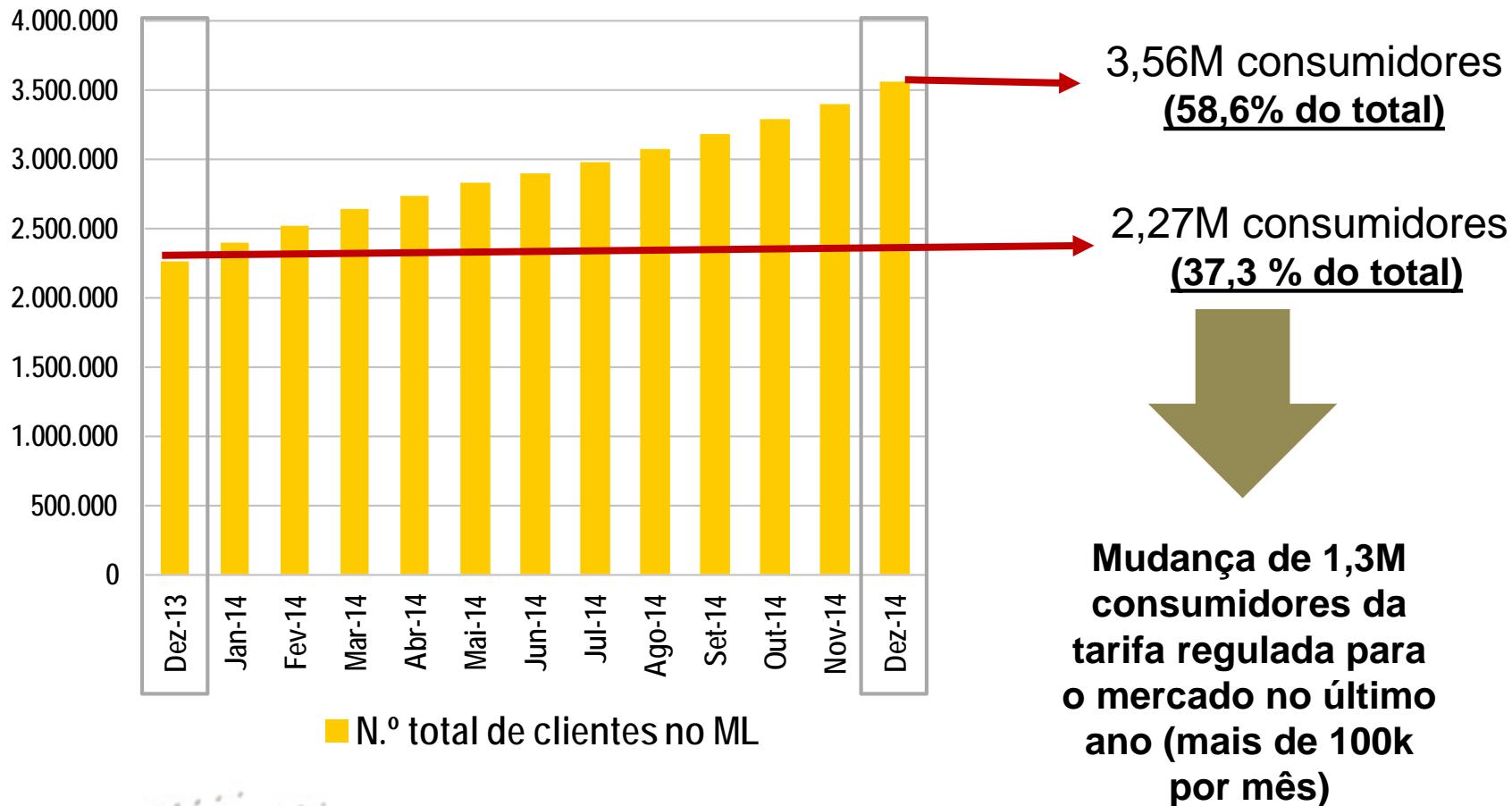
Principais elementos da liberalização



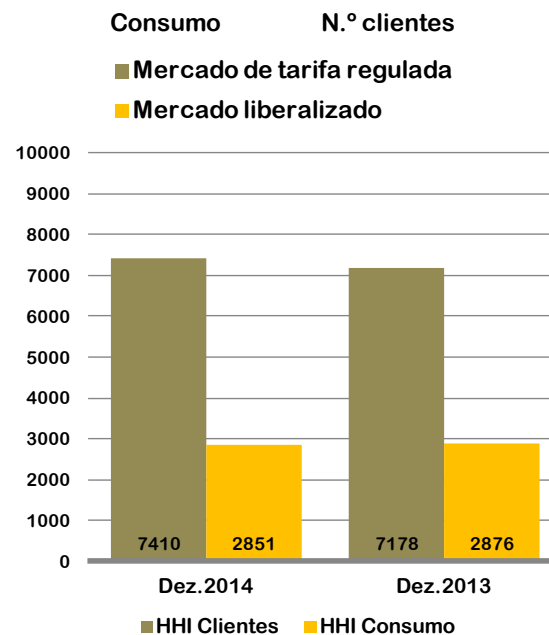
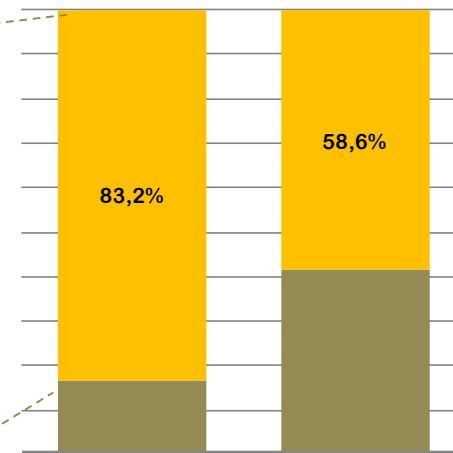
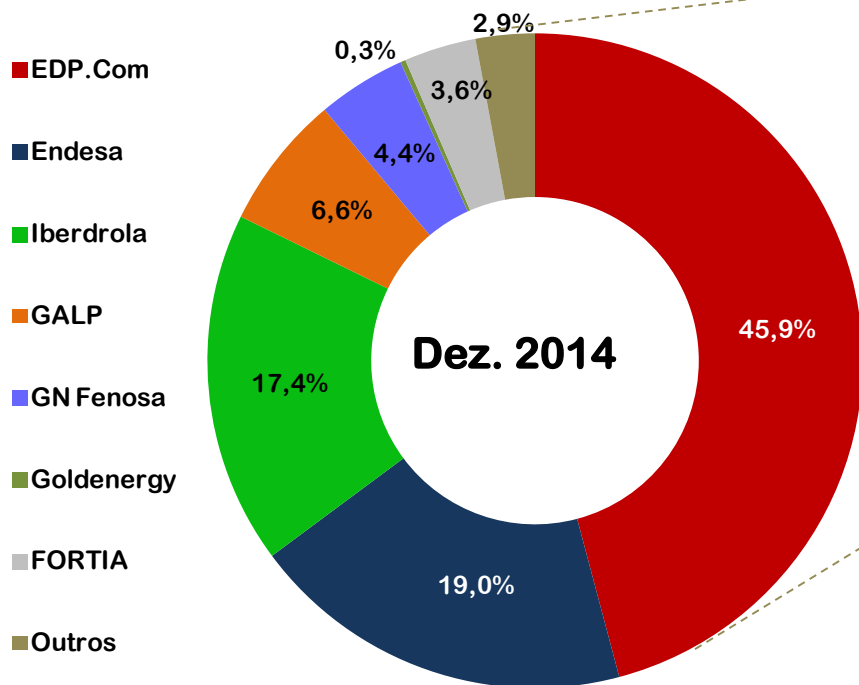
- Aumento ligeiro da concentração no número de clientes captados
- Redução significativa na concentração em consumo abastecido



Mudança de comercializador



Principais elementos da liberalização



- Aumento ligeiro da concentração no número de clientes captados
- Redução significativa na concentração em consumo abastecido

Atividade Sancionatória

Condições para o exercício das competências sancionatórias

Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro – regime sancionatório do setor energético

- Revisão da regulamentação da ERSE;
- Elaboração de manuais de procedimentos internos;
- Reposicionamento da Direção de Serviços Jurídicos;
- Promoção de ações de fiscalização, inspeções e auditorias;
- Alteração do *site* da ERSE, que passou a dispor de um «canal» dedicado aos poderes sancionatórios, que inclui um formulário de denúncia;
- Aprovação e publicação em Diário da República do Regulamento relativo à Tramitação Para a Obtenção de Dispensa ou Redução da Coima (artigo 42.º do RSSE).

Atividade processual

Desde a entrada em vigor do Regime Sancionatório do Setor Energético e até ao presente:

- Foram analisados 69 casos de potenciais ilícitos contraordenacionais
- Foram abertos 26 processos de contraordenação
- Foram deduzidas 12 notas de ilicitude
- E foram proferidas 4 decisões de condenação e um arquivamento

Principais temas investigados

- Relacionamento comercial;
- Tarifa social e ASECE;
- Comunicação de leituras e faturação;
- Eficácia do atendimento telefónico;
- Independência de Operador;
- Práticas comerciais desleais;
- Deveres informativos dos agentes em sede de faturação;
- Interrupção injustificada do fornecimento;
- Qualidade do serviço comercial;
- Cedência ilícita de gás natural a terceiros.

Participações

A ERSE participou infrações da competência de outras entidades:

- Ao Ministério Público (7)
- À Direção Geral do Consumidor (2)
- Ao Instituto de Seguros de Portugal (1)
- À Direção geral de Energia e Geologia (1)

FIM